

2023-10-02 15:04:20

<http://justnews.pt/noticias/estes-sao-os-desafios-da-saude-cardiovascular-em-portugal>



«É difícilmo implementar a reabilitação cardíaca porque ainda não foi interiorizada a sua importância»

Identificar lacunas, pensar soluções e partilhar metas foi o objetivo da atual Direção da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC), ao organizar o fórum “Desafios da Saúde Cardiovascular em Portugal”. O evento, que juntou profissionais ligados à Cardiologia e decisores políticos nacionais e europeus, aconteceu em junho e contou com a presença da eurodeputada Maria da Graça Carvalho.



Abrindo o fórum “Desafios da Saúde Cardiovascular em Portugal – A visão da SPC”, Helder Pereira, presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia, começou por acentuar o peso da mortalidade cardiovascular na Europa, que é de 36%, correspondendo à principal causa de morte e atingindo cerca de 4 milhões de habitantes por ano. Destas mortes, 20% são precoces. Adicionalmente, “60 milhões de indivíduos, o equivalente à população de França, sofrem de doença cardiovascular”.

Abordando o European Cardiovascular Health Plan, “um programa ambicioso e genérico para aplicar à realidade de cada um dos países que formam a European Alliance for Cardiovascular Health”, Helder Pereira frisou o comprometimento da SPC com o desígnio de diminuir a mortalidade cardiovascular:

“Em 2030, pretendemos ver reduzida a mortalidade prematura prevenível na Europa em um terço e garantir o acesso a uma medicina cardiovascular de alta qualidade ao longo da vida e focada nas necessidades pessoais de cada um.”

Com uma série de ações que contemplam “as intervenções primária, secundária e precoce, a reabilitação, a qualidade de vida e outcomes psicossociais”, Helder Pereira reiterou a vontade da SPC de querer ser, neste âmbito, “um parceiro importante, junto da Direção-Geral da Saúde”.



Hélder Pereira

Nesse sentido, acredita haver várias áreas que podem ser trabalhadas, desde logo a prevenção e a reabilitação. “Apenas 9,3% dos doentes com cardiopatia isquémica têm acesso a reabilitação cardíaca, o que tem de ser mudado”, referiu.

O presidente da SPC evidenciou ainda o crescente “desinteresse dos jovens médicos pela Cardiologia, que, atualmente, é das últimas especialidades a ser escolhida”, o que, na sua ótica, espelha o facto de “as DCV, aos olhos da população, dos media e da tutela, não terem a importância devida”.

Neste contexto, não pôde deixar de salientar o reduzido share of voice da doença cardíaca, alertando: “É importante desenvolvermos este programa, mas se não conseguirmos colocar as DCV no topo da agenda, dificilmente teremos acesso aos decisores e conseguir reduzir a mortalidade cardiovascular em Portugal.”

Quanto à acessibilidade a MCDT, não pôde deixar de expressar a sua inquietação quanto ao facto de “a porta de entrada para a doença coronária crónica ser a TAC e esse acesso não existir”.

Suportando-se no plano definido pela Sociedade Europeia de Cardiologia, que incide na doença coronária, insuficiência cardíaca, arritmias e morte súbita, e ainda doença valvular, o presidente da SPC defendeu que, “em Portugal, tal faria todo o sentido”. Contudo, acrescentaria ainda algo transversal – a reabilitação –, que “é tão importante e é difícil de implementar a nível hospitalar, devido a carências de espaço e de equipamentos, porque ainda não foi interiorizada a sua importância”.

Querendo passar da discussão à ação, rematou: “Importa, sobretudo, não ficarmos por aqui e amanhã começarmos a trabalhar nestes assuntos.”



Eurodeputada Maria da Graça Carvalho, rodeada pelos cardiologistas Fausto Pinto, Hélder Pereira, Lino Gonçalves e Filipe Macedo

A articulação de agentes e sistemas para aumentar o capital de saúde

Apesar de não ter estado fisicamente presente, Margarida Tavares, secretária de Estado da Promoção da Saúde, preparou uma intervenção em vídeo, tendo começado por frisar que “só com o reforço da promoção da saúde poderemos reduzir a carga de doença na população e colocar mais qualidade de vida na longevidade”.

Nesse contexto, sublinhou a necessidade de haver “políticas eficazes e intervenções inovadoras e continuadas de promoção da saúde, com metas definidas, que permitam melhorar a saúde e o bem-estar dos portugueses”. E firmou o empenhamento em “tornar o acesso aos cuidados de saúde mais equitativo e atempado, em investir em mais e melhores cuidados de saúde primários e em reforçar e reorganizar os restantes níveis de cuidados”.

Distinguiu, por outro lado, que “o acesso à inovação, à tecnologia e a tratamentos e equipas diferenciadas em tempo útil faz toda a diferença, mas não chega. Não podemos continuar apenas focados na dimensão do tratamento e na dimensão curativa. O trabalho tem de começar muito antes e deve extravasar as portas do SNS e do Ministério da Saúde. A promoção da saúde deve ser um desígnio nacional e as associações científicas, como a SPC, são agentes muito importantes para o aumento do conhecimento em saúde e do acesso a informação que permita agir mais cedo, melhor e transformando comportamentos”.

Margarida Tavares frisou que “a resposta aos desafios está numa verdadeira integração de cuidados, que não deixa de fora a promoção da saúde nem respostas como ao nível dos cuidados continuados ou paliativos, em estreita articulação com o setor social”.

E rematou, evidenciando que “temos que entender todos os momentos de contacto com os sistemas como oportunidades únicas para reduzir a carga de doença crónica e chegarmos a uma população com mais capital de saúde, em que os mais vulneráveis, isolados, desfavorecidos, idosos e migrantes não podem ficar para trás”.



A reportagem completa pode ser lida na edição de setembro/outubro do Hospital Público.